



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo nº 039.24-02-2026

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Processo Administrativo:
nº 039.24-03-2026

1.2. Área Requisitante:

Área Requisitante	Responsável
Sessão, Operação e Tratamento de Água	Agnaldo de Jesus Santos

2. OBJETO

- 2.1.** Aquisição de macromedidores de água potável tipo Woltmann WP-H, destinados à instalação nas linhas de distribuição de água tratada do sistema de abastecimento.
- 2.2.** Especificações e quantidades do objeto detalhadas nos subitens 7.1 e 7.2 deste termo.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 3.1.** A presente contratação justifica-se pela necessidade de aprimorar o controle e a gestão do sistema de distribuição de água tratada nos diversos bairros atendidos por esta Autarquia, tendo em vista a inexistência ou insuficiência de equipamentos adequados para medição e monitoramento das linhas de distribuição.
- 3.2.** A ausência desses dispositivos dificulta o acompanhamento preciso das vazões distribuídas, a identificação de perdas reais e aparentes, bem como o controle de pressões na rede, comprometendo a eficiência operacional e o equilíbrio do sistema de abastecimento.
- 3.3.** A aquisição dos equipamentos permitirá maior confiabilidade nos dados operacionais, subsidiando ações de planejamento, manutenção preventiva e corretiva, redução de perdas, otimização de recursos e melhoria na continuidade e qualidade dos serviços prestados à população.
- 3.4.** Assim, a contratação mostra-se necessária para assegurar maior eficiência, economicidade e segurança na operação do sistema de abastecimento de água, em consonância com o interesse público e com os princípios que regem a Administração Pública.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1.** Modalidade de Licitação: **Pregão Eletrônico.**
- 4.2.** Critério: **Menor Preço por Lote.**
- 4.3.** A natureza do objeto é comum nos termos do inciso XIII, do art. 6º da Lei 14.133 de 2021 haja vista que, os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de seu fornecimento são usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, serem objetos de pregão;
- 4.4.** O objeto, pelo seu impacto institucional e com base nas justificativas acima mencionadas, possui natureza continuada, podendo haver necessidade de prorrogação;
- 4.5.** Não há a necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, por parte da Contratada.



- 4.6.** O prazo de entrega do material, objeto desta licitação, deverá ser de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço: Rua Macarani, 164, Centro, Itapetinga-BA, CEP 45700-000, no Setor do Almoxarifado do SAAE, dentro dos seguintes horários:
- 4.6.1.** Segundas-feiras às quintas-feiras no período da manhã, das 07:30h às 11:00h, ou no período da tarde, das 13:30h às 16:30h.
- 4.6.2.** Sextas-feiras, somente no período da manhã, das 07:30h às 12:00h.
- 4.7.** O prazo de entrega, em casos excepcionais como atendimento emergencial de calamidades e garantia da lei e da ordem, poderá ser reduzido e/ou estendido, mediante acordo entre as partes, registradas em contrato e sem danos ao erário.
- 4.8.** Será exclusivo para ME/EPP, desta forma, salvo nos casos previstos no art. 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, as licitações cujos itens de contratação não ultrapassem R\$ 80.000,00 devem ser destinadas exclusivamente para micro e pequenas empresas.
- 4.9.** A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.
- 4.10.** Será exigida a documentação para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira.
- 4.11. Para o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos Sócios.**
- 4.11.1.** Certidão Negativa de Idoneidade que deverá ser emitida no Sistema Inabilitados e Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);
- 4.11.2.** CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, emitido pelo conselho nacional de justiça (CNJ).
- 4.12. Para o Cadastro Nacional de pessoas Jurídicas (CNPJ).**
- 4.12.1.** TCU - Inidôneos - Licitantes Inidôneos;
- 4.12.2.** CNJ - CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;
- 4.12.3.** Portal da Transparência - CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas;
- 4.12.4.** Portal da Transparência - CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas.
- 4.12.5.** As certidões a cima citadas poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, emitida pelo TCU - Tribunal de Contas da União, por meio do link (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).
- 4.13. Possuir Qualificação Técnica:**
- 4.13.1.** Poderá ser solicitado (um), ou mais, Atestado (s) de Capacidade Técnica operacional firmada (s) por entidade (s) da Administração Pública ou empresa (s) privada(s), os quais comprovem que a licitante fornece ou está fornecendo, de forma satisfatória, os produtos compatíveis com o objeto deste Pregão;
- 4.14. Contrato Social, CNPJ e documento com fotos dos responsáveis pela empresa.**
- 4.15. Gozar de saúde Econômico-Financeira:**
- 4.15.1.** Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.
- 4.15.2.** Comprovante de capital social.
- 4.16. Estar em dia com sua Regularidade Fiscal e Trabalhista:**
- 4.16.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);



- 4.16.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 4.16.3.** Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- 4.16.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, expedida de forma conjunta pela Procuradoria Geral do Estado do Bahia, nos termos do Decreto Estadual nº 28595 de 30/12/1981 (Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa do Estado) e pela Secretaria da Fazenda do Estado do Bahia, com base na Lei Nº 3.956 de 11 de dezembro de 1981;
- 4.16.5.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, expedida pela Prefeitura Municipal;
- 4.16.6.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 4.16.7.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme o Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, e Lei nº 12.440/2011;
- 4.16.8.** A Regularidade Fiscal na habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.
- 4.17. Declarações:**
 - 4.17.1.** Declaração Conjunta - assinada no sistema no momento da apresentação da Proposta de Preços.
 - 4.17.2.** Declaração constando os dados, os contatos da empresa e indicação de responsável para assinatura do contrato, com as seguintes informações: Nome completo, RG, CPF, Endereço, Profissão, Contato telefônico e E-mail, atualizados. Deverá ser informado se o representante é administrador ou procurador.

5. LEVANTAMENTO DO MERCADO

- 5.1.** Para a elaboração deste ETP, visando ao levantamento de mercado com o escopo de definir o tipo e solução a contratar, observou-se que no mercado ofertante da solução de material de consumo, predominam dois principais tipos de soluções, conforme seguem detalhamentos:
- 5.2. Solução 1: Aquisição de material de consumo através de SRP.**
 - 5.2.1.** De modo geral, na aquisição de material de consumo de maneira isolada, há o ganho econômico na compra em escala, em que os licitantes ofertam melhores preços ao diminuírem suas margens de lucro, visto que ganharão no quantitativo maior vendido.
 - 5.2.2.** Ademais, a escolha pelo Sistema de Registro de Preços poderá viabilizar a participação de outras empresas interessadas em aderir na origem, através da Intenção de Registro de Preços, podendo elevar ainda mais o quantitativo da licitação.
 - 5.2.3.** Com a utilização do Sistema de Registro de Preço, a Administração tende a economizar nas suas aquisições, não precisando providenciar grandes áreas para armazenagem de materiais tendo em



vista que o licitante vencedor, ao assinar a Ata de Registro de Preços, compromettesse a fornecer os materiais pelo preço acordado e no momento em que for solicitado.

5.3. Solução 2: Adesão a Ata de Registro de Preços.

5.3.1. De acordo com o § 2º do art. 86 da Lei 14.133/2021, a adesão poderá ocorrer, desde que cumpridos alguns requisitos: a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público; b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado; e c) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3.2. A Ata de Registro de Preços disponível pode não atender integralmente às especificações técnicas ou operacionais necessárias para o objeto pretendido. As particularidades locais e os requisitos específicos demandam uma contratação mais adequada à realidade e às condições do contratante. Os prazos de entrega e as condições logísticas estabelecidos na ARP podem não ser compatíveis com a urgência ou as características do fornecimento solicitado, comprometendo o atendimento tempestivo das demandas do órgão. Assim, adesão à Ata de Registro de Preços não representa a melhor alternativa para o atendimento das demandas do órgão, sendo mais vantajosa a realização de um procedimento específico e adequado às necessidades identificadas.

5.4. Análise e escolha entre as soluções existentes:

5.4.1. Tendo em vista todos os argumentos elencados nos itens acima e visando à continuidade dos trabalhos SAAE com o objeto em tela, no momento entende-se como formato mais adequado o apresentado pela **SOLUÇÃO 1**. Ressalta-se que as soluções foram apreciadas, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos. A solução escolhida atende as determinações legais mostrando-se a opção mais viável e econômica à Instituição.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução consiste na aquisição e instalação de macromedidores de água potável tipo Woltmann WP-H, eixo axial, para instalação horizontal, destinados à medição de vazão e volume nas linhas de distribuição de água tratada que atendem diversos bairros residenciais do município.

6.2. Os equipamentos serão implantados em pontos estratégicos da rede, previamente definidos em estudo técnico, considerando os diâmetros das tubulações existentes e as vazões características de cada setor. Os macromedidores possuirão corpo em ferro fundido com pintura epóxi T50C, relojoaria plana giratória em cobre e vidro, e serão pré-equipados para futura integração a sistema de telemetria, permitindo modernização gradual do monitoramento operacional.

6.3. A solução contempla:

- Medição setorizada da água distribuída;
- Monitoramento mais preciso das vazões por bairro/região;
- Apoio ao controle de perdas reais e aparentes;
- Subsídio ao balanço hídrico do sistema;
- Melhoria do planejamento de manutenções e intervenções na rede.



- 6.4. Considerando o ciclo de vida do objeto, os equipamentos deverão apresentar durabilidade compatível com uso contínuo em redes de abastecimento, resistência mecânica e proteção anticorrosiva adequada, garantindo confiabilidade nas medições e redução de custos com manutenção ao longo do tempo.
- 6.5. Dessa forma, a solução proposta contribui para maior eficiência operacional, melhor gestão dos recursos hídricos e aprimoramento da qualidade do serviço prestado à população.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

- 7.1. O objeto a ser adquirido deve obedecer de forma estrita às especificações e quantidades previstas nas planilhas abaixo:

Lote 01					
Item	Especificações	Unid.	Quant.	Valor Unit. Orçado	Valor Médio Orçado
1	Macromedidor de água potável tipo Woltmann WP-H, eixo axial, instalação horizontal , para tubulação DN 150 mm (6"), com vazão nominal (Qn) 150 m³/h e vazão máxima (Qmax) 300 m³/h, corpo em ferro fundido com pintura epóxi T50C, relojoaria plana giratória em policarbonato, pré-equipada para telemetria.	Unid.	01	R\$ 4.191,02	R\$ 4.191,02
2	Macromedidor de água potável tipo Woltmann WP-H, eixo axial, instalação horizontal , para tubulação DN 80 mm (3"), com vazão nominal (Qn) 40 m³/h e vazão máxima (Qmax) 80 m³/h, corpo em ferro fundido com pintura epóxi T50C, relojoaria plana giratória em policarbonato, pré-equipada para telemetria.	Unid.	01	R\$ 2.038,10	R\$ 2.038,10
3	Macromedidor de água potável tipo Woltmann WP-H, eixo axial, instalação horizontal , para tubulação DN 65 mm (2.1/2"), com vazão nominal (Qn) 25 m³/h e vazão máxima (Qmax) 50 m³/h, corpo em ferro fundido com pintura epóxi T50C, relojoaria plana giratória em policarbonato, pré-equipada para telemetria.	Unid.	01	R\$ 1.969,11	R\$ 1.969,11
4	Macromedidor de água potável tipo Woltmann WP-H, eixo axial, instalação horizontal , para tubulação DN 100 mm (4"), com vazão nominal (Qn) 60 m³/h e vazão máxima (Qmax) 120 m³/h, corpo em ferro fundido com pintura epóxi T50C, relojoaria plana giratória em policarbonato, pré-equipada para telemetria.	Unid.	07	R\$ 2.480,84	R\$ 17.365,88
5	Macromedidor de água potável tipo Woltmann irrigação, eixo axial, instalação horizontal , para tubulação DN 250 mm (10"), com vazão permanente Q3 630 m³/h, com vazão nominal (Qn) 400 m³/h e vazão máxima (Qmax) 800 m³/h, corpo em ferro fundido com pintura epóxi T50C, relojoaria plana giratória em policarbonato, pré-equipada para telemetria.	Unid.	01	R\$ 10.957,67	R\$ 10.957,67
Total	Trinta e seis mil, quinhentos e vinte e um reais, setenta e oito centavos				R\$ 36.521,78

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



- 8.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 36.521,78 (Trinta e seis mil, quinhentos e vinte e um reais, setenta e oito centavos)**, conforme discriminado no Termo de pesquisa de preços.
- 8.2. A pesquisa de preços para definir o valor máximo estimado da licitação foi realizada com base nas diretrizes da Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, sendo composta por: Termo de Pesquisa de Preços, E-mails e Cotações.
- 8.3. Em atendimento ao disposto no Art.5º da IN nº 73/2020, para a obtenção dos preços máximos estabelecidos utilizou-se de forma combinada os parâmetros previstos nos incisos II, III e IV.
- 8.4. Foram priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos III e IV, nos quais foram pesquisados preços de contratações públicas no PANEIL DE PREÇOS, disponível no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, firmadas no período de até 1 (um) ano;
- 8.5. Foram considerados preços coletados por pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal, identificados no Termo da Pesquisa de Preços.
- 8.6. Os valores considerados nessa estimativa encontram-se comprovados no Termo de Pesquisa de Preços.
- 8.7. Em atendimento ao Art. 6º da IN nº 73/2020 informamos que se utilizou como metodologia a Média dos valores obtidos na pesquisa de preços e que o cálculo incidu sobre um conjunto de, no mínimo, três preços.
- 8.8. Os recursos serão vinculados às Naturezas de Despesas:
1.032 – Ampliação dos Serviços Água do SAAE;
44.90.51.00 - Obras e Instalações.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 9.1. Não haverá parcelamento da contratação por não se vislumbrar tecnicamente viável ou economicamente vantajoso, conforme preceito contido no artigo 40, inciso V, alínea b da Lei nº 14.133/2021.
- 9.2. O não parcelamento, nesse caso, encontra amparo no § 2º do artigo 40, inciso I:
"I - A economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item pelo mesmo fornecedor;
- 9.3. Como, em regra, o aumento das quantidades a serem adquiridas conduz a uma redução nos preços unitários, o parcelamento do objeto pode acarretar um aumento nos preços unitários.
- 9.4. Outro aspecto a ser considerado é a possibilidade de elevação dos custos de gestão contratual em razão da multiplicação das contratações. Como o objetivo do parcelamento é a obtenção de maiores vantagens econômicas, sua adoção não é recomendada quando implicar num aumento do ônus para a Administração.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 10.1. Não serão necessárias contratações correlatas nem interdependentes para execução do objeto. Vale destacar que há no mercado várias empresas que apresentam condições e aptidões para cotar todos os itens, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO



11.1. Não há alinhamento entre a contratação e o planejamento.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação para aquisição e instalação de macromedidores de água potável proporcionará benefícios operacionais, técnicos e econômicos ao sistema de abastecimento, destacando-se:

- Melhoria no controle operacional, com medição precisa das vazões distribuídas em cada setor/bairro;
- Redução de perdas de água, por meio da identificação mais rápida de vazamentos e inconsistências no sistema;
- Aprimoramento do balanço hídrico, permitindo comparação entre volume produzido e volume distribuído;
- Maior eficiência na gestão da rede, subsidiando decisões técnicas com base em dados confiáveis;
- Otimização de recursos financeiros, reduzindo desperdícios e custos com intervenções emergenciais;
- Fortalecimento da setorização do sistema, possibilitando melhor planejamento de manutenções preventivas e corretivas;
- Possibilidade de futura integração com telemetria, modernizando o monitoramento e ampliando a capacidade de acompanhamento remoto.

12.2. Assim, a contratação contribuirá para maior eficiência, economicidade e qualidade na prestação do serviço público de abastecimento de água, atendendo ao interesse coletivo e aos princípios da boa gestão pública.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Para aquisição do objeto mencionado serão adotadas as seguintes providências:

13.2. Elaboração e Aprovação do Termo de Referência

13.2.1. Descrever detalhadamente as especificações técnicas do serviço e os critérios de avaliação e seleção.

13.2.2. Definir as condições de execução, cronograma e forma de pagamento.

13.3. Levantamento e Análise de Custos

13.3.1. Realizar pesquisa de mercado para determinar o custo estimado com base em propostas de fornecedores locais e regionais.

13.3.2. Anexar os documentos comprobatórios, conforme exigido pela legislação vigente.

13.4. Consulta ao Setor Jurídico e Controle Interno

13.4.1. Verificar a conformidade do processo licitatório com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

13.4.2. Obter parecer jurídico sobre a modalidade de contratação e os requisitos legais.

13.5. Preparação do Edital de Licitação

13.5.1. Elaborar o edital com critérios claros de habilitação, seleção e julgamento, garantindo a participação de fornecedores que atendam às exigências do SAAE.

13.5.2. Publicar o edital no portal oficial e em meios de comunicação apropriados.

13.6. Realização do Processo Licitatório



13.6.1. Conduzir a licitação conforme a modalidade adequada (pregão eletrônico ou presencial, dependendo do contexto).

13.6.2. Registrar todas as etapas do processo para garantir transparência e rastreabilidade.

13.7. Formalização da ATA de Registro de Preços

13.7.1. Celebrar o SRP com o fornecedor vencedor, observando as cláusulas de execução, penalidades e rescisão.

13.7.2. Garantir que a ATA esteja alinhado às condições estipuladas no edital e na proposta vencedora.

13.8. Planejamento da Operação

13.8.1. Estabelecer mecanismos de controle para acionar os serviços de forma organizada, registrando a utilização da retroescavadeira e os serviços prestados.

13.8.2. Designar responsáveis para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

13.9. Gestão e Monitoramento

13.9.1. Realizar o acompanhamento nos recebimentos dos insumos para garantir a conformidade com os termos contratuais.

13.10. Essas providências visam garantir a execução eficiente do serviço, observando os princípios de economicidade, transparência e eficácia no atendimento às necessidades do SAAE e da população de Itapetinga-BA.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

14.1. A implantação de macromedidores nas linhas de distribuição de água tratada gera impactos predominantemente positivos, conforme descrito a seguir:

14.1.1. Impactos Ambientais:

- Redução do desperdício de água, **por meio da identificação e controle de perdas na rede de distribuição;**
- Uso mais racional dos recursos hídricos, **contribuindo para a sustentabilidade ambiental;**
- Diminuição da necessidade de captação e tratamento excessivo, **reduzindo consumo de energia e insumos químicos.**

14.1.2. Impactos Sociais:

- Melhoria na regularidade do abastecimento, **com maior equilíbrio de pressão e distribuição entre os bairros;**
- Redução de desabastecimentos prolongados, **decorrentes de identificação mais ágil de vazamentos;**
- Maior transparência e eficiência na gestão do sistema, **beneficiando diretamente a população atendida.**

14.1.3. Impactos Econômicos:

- Redução de perdas financeiras, **ao minimizar desperdícios de água tratada;**
- Otimização dos custos operacionais, **com melhor planejamento de manutenções;**
- Maior eficiência na aplicação de recursos públicos, **promovendo economicidade e melhor retorno dos investimentos.**



- 14.2.** Em síntese, os impactos decorrentes da contratação são compatíveis com a natureza do objeto, apresentando benefícios relevantes para a Administração e para a sociedade, com riscos ambientais mínimos e plenamente mitigáveis.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

- 15.1.** Esta equipe de planejamento declara VIÁVEL esta contratação.

15.2. Justificativa da Viabilidade.

- 15.2.1.** Declaramos, com base neste estudo, que a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapetinga-BA.
- 15.2.2.** Sua viabilidade se configura, dentre os motivos expostos anteriormente, pelo fato de os materiais pleiteados terem as mesmas características do que já foi realizado no SAAE e obteve êxito.
- 15.2.3.** Diante de toda a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a aquisição mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de fornecimento do objeto, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação. Portanto, declara-se viável e razoável a realização da presente aquisição.